

ATA N.º 250

----- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Prestação de Contas de 2017-----
- 1.3 Inventário e Cadastro em 31-12-2017-----
- 1.4 2ª Revisão Orçamental de 2018-----
- 1.5 Mapa de Pessoal – 1ª Alteração-----
- 1.6 3ª Alteração do Loteamento da Zona Industrial de Cedrim-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Luís da Silva e Almeida-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- O presidente da Câmara Municipal não esteve presente por se encontrar internado.-----

--- Faltaram à sessão os membros Ana Maria Tavares Mendes e Pedro Miguel Martins Mendes, que apresentaram justificação por escrito, pelo que as mesmas foram justificadas. Ana Maria Tavares Mendes foi substituída por Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos.

Procedeu-se à substituição de Pedro Miguel Martins Mendes, por Carla Alexandra Costa Simões, que não compareceu à sessão.-----

Tendo, por Despacho n.º 3796/2018, do senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, sido designada uma Comissão Administrativa para a Freguesia de Talhadas, o presidente da Assembleia Municipal informou que deixou de integrar a Assembleia Municipal o senhor António da Silva Portela.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 249, da sessão de 23 de fevereiro de 2018, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite da Fundação Mão Amiga, para a abertura da terceira edição do projeto “Maneiras de Sever”, que se realizou no CAE de Sever do Vouga no passado dia 02 de março;-----
- Convite da Câmara Municipal Sever do Vouga para a XVIII Rota da Lampreia e da Vitela, marcando presença na sessão solene de abertura, no XI Capítulo de Entronização da Confraria Gastronómica de Sever do Vouga, na bênção das bandeiras e no almoço confrádico realizados no dia 03 de março;-----
- Convite da Liga Portuguesa Contra o Cancro (Núcleo Regional do Centro) e dos responsáveis do projeto “Dou Mais Tempo à Vida”, em Sever do Vouga, para assistir, no CAE, à cerimónia de apresentação e lançamento daquela iniciativa, no dia 10 de março;-----
- Convite do Rotary Club de Sever do Vouga para um “Jantar de Homenagem ao Profissional do ano: LPCC”, com angariação de fundos para a Liga Portuguesa Contra o Cancro, que se realizou no dia 10 de março;-----
- Convite da Severi - Associação Cultural de Expressão Dramática de Sever do Vouga para a sua Gala de Talentos que decorreu, no Centro das Artes e do Espetáculo de Sever do Vouga, no dia 24 de março, e que contemplou, ainda, uma homenagem aos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, com a oferta de material diverso;-----
- Ainda no âmbito da iniciativa “Dou Mais Tempo à Vida”, convite da equipa “Laços de Vida” de Couto de Esteves para participar num jantar de angariação de fundos para a Liga Portuguesa Contra o Cancro que decorreu no dia 07 de abril de 2018;-----
- Da Rede de Intervenção na Violência Doméstica (RIVD) de Sever do Vouga, recebeu-se, no dia 11 de abril, o Relatório de Avaliação 2017, Plano de Ação 2018 e a ata da sua reunião alargada, que estarão disponíveis para quem desejar consultá-los;-----
- Convite da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga para participar na caminhada pedestre do 10.º aniversário da Rota das Laranjeiras, que se realizou no dia 21 de Abril;-----
- Convite dos presidentes das Assembleias Municipais de Águeda e Vale de Cambra para assistir às comemorações do 44.º aniversário do 25 de abril nas suas cidades;-----
- Convite da direção da Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro (AEVA) e da sua Escola Profissional de Aveiro para uma cerimónia evocativa do 25.º aniversário da sua atividade de educação profissional e de valorização do território, que teve lugar no dia 26 de abril de 2018, na sede destas entidades, em Aveiro, a qual

foi presidida pela comissária europeia do emprego, assuntos sociais, competências e mobilidade laboral, Marianne Thyssen;-----

- Convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga para a cerimónia de tomada de posse do Comandante do Corpo de Bombeiros, que terá lugar no próximo dia 4 de maio.-----

Na sequência das deliberações tomadas na sessão ordinária anterior da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal informou que tinham sido enviados officios para as seguintes entidades:-----

- Presidente da Câmara Municipal Sever do Vouga e presidente da União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas, a propósito da recomendação feita à Câmara Municipal, para que, no âmbito das suas competências e em homenagem ao antigo autarca Nelson Silva, consagrasse o nome deste na toponímia de Dornelas;-----
- Diretor da ACeS do Baixo Vouga, diretor da ARS do Centro, ministro da Saúde, a propósito do atendimento complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga;-----
- Presidente do CPCJ de Sever do Vouga, a propósito do plano estratégico e salvaguarda de dados.-----

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **Ana Cristina da Silva Tavares** que falou sobre a comissão nomeada para acompanhar os trabalhos de elaboração das regras relativamente ao orçamento participativo. Disse que os membros tinham sido convocados para uma reunião inicial, mas que não tinham estado todos presentes e que, nessa reunião, tinham sido apresentadas várias propostas e opiniões que foram, posteriormente, formalizadas, pelo menos da sua parte, através do envio de um e-mail. Disse considerar que, depois da primeira reunião, deveria ter sido realizada outra reunião para que houvesse um novo debate, uma vez que, determinados pontos apresentados não tinham sido tidos em consideração. Disse querer perceber porquê, sobretudo, por considerar que alguns dos pontos não vão ao encontro dos interesses dos munícipes de Sever do Vouga. Citou alguns desses pontos que têm a ver com a votação e apresentação das propostas relativa ao orçamento de cada uma das freguesias. Disse considerar que a apresentação de propostas, em cada uma das freguesias, deveria ser reservada aos eleitores e residentes dessa mesma freguesia, assim como a respetiva votação, por existir um pouco mais de bairrismo ao nível das freguesias e os habitantes dessas freguesias estariam mais envolvidos no processo se a votação acontecesse daquela forma. Deu o exemplo: qualquer pessoa pode votar na apresentação das propostas e na votação de outras freguesias mas, no seu entender, a votação deveria ser reservada seguindo dos mesmos princípios do presidente da eleição, do presidente da junta e, depois, as mais votadas, ou seja, no seu entender, aquela sugestão não foi levada em conta e considera que deveria ser um ponto melhorado e que é um tema que deveria ser debatido e revisto antes de se avançar com o orçamento participativo.-----

A seguinte intervenção foi a de **Toni Pedro Ribeiro Martins** que apresentou a sua preocupação relativamente à obrigatoriedade de limpeza e gestão de florestas, no seguimento da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e Decreto-Lei n.º 10/2018, de 14 de fevereiro, e a poucos dias da data oficial da época de incêndios. Disse ser evidente que, olhando de uma forma geral, tem havido uma grande intervenção por todos os cidadãos, observando-se o esforço coletivo, sendo notório todo o trabalho realizado até à presente data. No entanto, e no seu entender, aquele trabalho deveria ser complementado com os deveres do município, que deverá assegurar que os caminhos florestais e de acesso aos pontos de água estejam limpos e transitáveis, tal como tinha alertado na sessão da Assembleia Municipal do passado dia 23 de fevereiro. Disse constatar que, infelizmente,

isso continua a não se verificar em muitos deles, apontando os seguintes exemplos: o caminho de ligação de Castelões, a estrada das Presas a Silva Escura (com um ponto de água no Vale do Neto que está em mau estado), o caminho de Couto de Cima à estrada da Cerqueira, todos os caminhos da Serra do Arestal (acesso ao Espinheiro; Borrallhal; Rio Bom; Alto do Arestal, etc.), o acesso ao ponto de água de Rio Bom, o ponto de água da zona industrial de Cedrim, o caminho de acesso de Pessegueiro do Vouga à antiga lixeira. Disse, ainda, considerar que o executivo deverá analisar e estabelecer pontos de abastecimento estratégicos, em ribeiros e rios, de fácil acesso aos meios de combate. Afirmou que as ações de prevenção e sensibilização são muito importantes, pois a floresta é um sector importante para a região, valorizando pela riqueza ambiental, paisagísticas e de desenvolvimento económico que pode criar, diretamente, mas, também, pelas oportunidades indiretas que pode gerar no sector do turismo ou turismo de natureza. Disse ser notório o envelhecimento e abandono da população no concelho e conseqüente desertificação do mesmo, principalmente das suas freguesias, sendo aquele movimento apenas contrariado de uma forma ténue pela sede de concelho. Afirmou ser um facto preocupante e merecedor de uma especial atenção, por parte de todos, de forma que sejam tomadas medidas para combater e reverter a situação, sendo que, esse caminho de desertificação era já evidente em grande parte do concelho, uma vez que todos estão a ficar cada vez mais velhos e com maior necessidade de apoio (mobilidade e principalmente de saúde). Disse ser necessário criar soluções que criem valor e emprego, sobretudo emprego para os jovens e recém-formados, pois, só assim poderá ser travado o abandono da população ativa, impedindo a sua saída para os concelhos vizinhos ou que, em último recurso, emigram. Corroborou que o município possui medidas que visam a requalificação urbana da sede do concelho, aprovada em vinte e sete de janeiro de dois mil e dezasseis, e com âmbito temporal de aplicação de três anos, designada por ARU e que tem por objetivo o seguinte: *“A área de reabilitação urbana (ARU) de Sever do Vouga tem como objetivo central a criação de condições que promovam a fixação de população, assim como de atividades ligadas ao comércio e serviços no seu centro. Esta ARU define uma unidade de intervenção na área central da vila de Sever do Vouga, onde identifica um conjunto de imóveis de interesse patrimonial. A Autarquia deverá proceder a intervenções de requalificação no espaço público, concedendo aos privados um quadro de benefícios e incentivos fiscais mais favorável para procederem à reabilitação do seu património.”* Em representação da bancada do PSD, Toni Martins apresentou a seguinte proposta:-----

Com base na filosofia e objetivos inicialmente proposta, propomos que a ARU seja “alargada” a todos os centros de freguesia, como medida de apoio e criação de condições à fixação da população nas Freguesias. Esta proposta de alteração, servirá assim como complemento e reforço de medidas para combater a desertificação e envelhecimento que assistimos de uma forma geral nas nossas Freguesias.-----

Foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que começou por dizer que era importante, para si, apresentar uma questão que tem afligido muitas famílias do concelho e que se prende com a questão dos transportes escolares, que é o facto do município apenas suportar as despesas dos transportes escolares até ao 9º ano de escolaridade, porque foi assim negociado com a Administração Central quando se iniciou o processo de financiamento do transporte escolar e porque a escolaridade obrigatória era apenas até ao 9º ano. Disse que, no entendimento do CDS, a responsabilidade do município se deve alargar até ao 12º ano, que passou a ser a escolaridade obrigatória. Afirmou que, no passado dia 10 de abril, tinha sido realizada uma reunião do Conselho Consultivo dos transportes escolares e que, infelizmente, apenas continua a ser considerada a escolaridade até ao 9º ano, sendo, claramente, uma competência do município dar apoio às famílias naquela matéria, havendo legislação que o permite (Decreto-Lei n.º 299/84 que foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 176/2012 e Portaria n.º 268-A/2012). Apresentou uma proposta de uma moção, para ser entregue à mesa, no sentido da Assembleia Municipal de Sever do Vouga recomendar à Câmara Municipal que proceda à revisão do plano de

transportes escolares, de modo a garantir que no serviço de transporte escolar sejam contemplados todos os alunos do concelho que se encontrem a frequentar a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, suportando os custos com os mesmos, assegurando a efetiva gratuitidade do acesso ao ensino daquelas famílias. Disse considerar ser uma matéria que merece ser reconsiderada por parte do município e que a moção estava a ser apresentada com tempo para o próximo ano escolar. Mais disse que gostaria de se pronunciar sobre a moção que tinha acabado de ser apresentada pelo PSD, sendo que a reabilitação urbana deve ser extensível a todo o concelho. Afirmou estar na disposição de apoiar, bem como o CDS, aquela moção, uma vez que o efeito fiscal que a expansão que a ARU tem, para dentro das várias freguesias, é, para si, meritório.-----

A seguinte intervenção foi a de **Paula Cristina Dias Coutinho** que disse ter já solicitado, em algumas assembleias, o envio de informação acerca do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas, e que o Vice-presidente da Câmara Municipal tinha dito *“vou contactar os serviços de Ação Social para fornecer esses elementos pelo meio mais expedito”*. Disse que, pelos vistos, não existe nenhum meio expedito na Câmara Municipal, pois já tinham passado dois meses e a informação continuava sem chegar, para já não falar que aquela questão já vinha de assembleias anteriores, nomeadamente de 24 de novembro de 2017. Mais ainda, disse que o Vice-presidente tinha referido, na última assembleia, que *“é o facto de os membros poderem solicitar qualquer informação que queiram, pois têm esse direito”*. Dirigindo-se ao Vice-presidente, disse que o executivo tinha o dever de responder às questões levantadas, de acordo com a Lei n.º 24/98, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, pelo que, mais uma vez, solicitou informação sobre quantos dos duzentos e quatro indivíduos são severenses e como é que os mesmos tinham sido identificados, se tinha sido a Fundação, o município, ou um trabalho conjunto? Disse que, na mesma assembleia, tinha solicitado, também, um quadro resumo com informação acerca de todas as obras que estão a decorrer, as que estão previstas decorrer e qual o início da obra, o prazo de execução, a percentagem de execução das que estão a decorrer e se houve, ou não, algum embargo ou suspensão. Afirmou que o Vice-presidente da Câmara Municipal, como sempre, tinha-se prontificado a enviar essa informação a todos os membros da assembleia, mas que a mesma ainda não tinha sido transmitida. Reforçando aquilo que tinha sido dito pelo membro Toni Martins, falou sobre o facto do Instituto Português do Mar e da Atmosfera ter informado que o presente ano seria igual, ou pior, do que o ano transato, ou seja, que o risco de incêndios é muito elevado e perguntou se o executivo tem apoiado os mais vulneráveis na limpeza da mata e se os Bombeiros Voluntários estavam preparados, ou seja, se os equipamentos estavam em condições e se a verba que lhes tinha sido atribuída já tinha sido transferida. Mais perguntou se estava a ser pensado um aumento daquela verba? Disse saber que existem viaturas degradadas, com mais de vinte e cinco anos, e que uma delas está sem condições para o combate por ter cabine para apenas dois tripulantes. Disse achar extremamente importante apoiar aquela instituição, pois são eles que dão a cara quando mais se precisa. Continuou a sua intervenção, dizendo que, na reunião de Câmara de 14 de fevereiro de 2018, a senhora Maria Celeste Dias Coutinho, residente no lugar de Rio Bom, tinha participado no período destinado ao público para perguntar se os caminhos florestais estavam em condições, tendo-lhe sido dito que o assunto seria analisado e que ser-lhe-ia enviada uma resposta, o que não aconteceu. Disse que, na reunião seguinte, a senhora deslocou-se, novamente, para questionar a falta de resposta. Disse saber que os caminhos ainda não estão prontos e que existem dificuldades em aceder aos tanques e que é extremamente importante que as condições sejam adequadas para o bom desempenho, quer dos bombeiros, quer mesmo da população, para que não haja constrangimentos e dificuldades com incêndios que poderão ocorrer e que espera não assobrem o concelho.-----

A intervenção seguinte foi a de **Sérgio Soares da Silva** que disse, em qualquer município do país, as reuniões de Câmara e as sessões das Assembleias Municipais, ou eventos oficiais, realizavam-se nas várias freguesias e que, em alguns dos municípios, as sessões

eram transmitidas em direto. Afirmou que o mesmo não acontecia em Sever do Vouga, pois o concelho é pequeno, todos têm transporte facilitado, a população não é idosa e à hora das reuniões todos estão disponíveis para vir, portanto, para quê descentralizar? Disse que o anterior presidente da Assembleia Municipal, aquando da sua proposta para descentralizar as sessões, referiu que não era pertinente descentralizar porque seria necessário ter condições físicas nas freguesias e porque, em caso de serem necessários alguns documentos, teria que se aceder ao arquivo do município. Perguntou para que servem as freguesias no concelho.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** para que pudesse responder às primeiras intervenções e, começando pelo orçamento participativo, explicou que tinha sido nomeada uma comissão para acompanhar a técnica do município e a empresa encarregada de elaborar o procedimento, para serem feitos os ajustes que se considerassem necessários, sendo óbvio que o executivo não acompanhou essas reuniões. Disse ter tido conhecimento, na reunião de Câmara de 26 de abril, que tinha havido desencontros, quer de horários, quer de presença, e do facto de ter havido propostas que terão sido sugeridas ao grupo de trabalho e que não terão sido aceites, como foi o caso do exemplo apresentado pelo membro Ana Tavares, mas que o documento tinha sido aprovado porque era necessário lançar o procedimento. Mais disse que, como não se tratava de um regulamento, ainda era possível alterar o documento, apelando para que discutissem isso novamente na próxima reunião da comissão. Sobre a limpeza e gestão das florestas, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse ser evidente que é um assunto que preocupa a todos e que, no dia 19 de abril, tinha reunido o Conselho Municipal da Defesa da Floresta, onde tinham sido debatidos aqueles problemas. Sobre o acesso aos pontos de água, disse que o mesmo faz parte do plano operacional municipal, tendo sido resolvido qual vai ser a atuação para ter o acesso limpo aos pontos de água e, ainda, decidida a construção de novos pontos, estando a ser tratado no órgão próprio para o efeito. Quanto ao emprego para os jovens, disse ser um tema a nível nacional e não só municipal. Informou que, no dia anterior à sessão, o município tinha recebido a visita da comissária europeia da área do emprego, a quem tinham sido apresentados dados objetivos sobre o ensino, a aprendizagem e empregabilidade dos jovens do concelho, e que ela tinha ficado admirada com os elevados índices, em termos nacionais, superiores à média, tendo dado os seus parabéns publicamente. Disse ser evidente que, dentro do possível, o município fará tudo o que puder fazer, estando na primeira linha para promover a empregabilidade e fixação dos jovens licenciados. Sobre a ARU, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que, aquela legislação coarta essa hipótese, porque é apenas para as sedes do concelho. Mais informou que, no dia em que tinha sido realizada a reunião da comissão da Defesa da Floresta, à tarde, foi realizada uma sessão de esclarecimento do IFRU a sensibilizar os particulares a reunirem-se e que tinha havido muita gente aqui que queria beneficiar daquele instrumento financeiro para as freguesias, mas que não pode, pois, o legislador limitou aquela intervenção. Sobre os transportes escolares, o Vice-presidente da Câmara Municipal informou que a comissão tinha reunido e entendido que o modelo era adequado, e que poderia, eventualmente, acertar alguns detalhes que surgem sempre, pois a rede escolar ainda não tinha sido definida. Quanto aos transportes escolares e a obrigatoriedade das autarquias em assegurar os mesmos durante a escolaridade obrigatória, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que, na altura que essa legislação saiu, a escolaridade obrigatória era até ao 9º ano e que, embora tivesse sido alterado para o 12º ano, as verbas não tinham acompanhado esse aumento. Mais disse que não o violentava nada que, de hoje para amanhã, assumirem o transporte gratuito até ao 12º ano, mas que era necessário organizar a situação e ver de onde é que vem o respetivo suporte financeiro, porque seria necessário cortar em algum sítio. Disse querer deixar ciente que não era pelo facto de não terem já pensado nisso, mas que era necessário existirem meios financeiros para o efeito.-----

Toni Pedro Ribeiro Martins voltou a fazer uso da palavra para esclarecer que era a Câmara Municipal que delimitava o espaço da ARU e não, propriamente, Lisboa ou a Assembleia da República, mas que se não era competência da Câmara Municipal, fosse enviada a moção à Assembleia de República.-----

Na sequência das respostas do Vice-presidente da Câmara Municipal às questões colocadas pelo CDS, **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** interveio para dizer que a proposta, para que o processo de elaboração do orçamento participativo fosse acompanhado pela Assembleia Municipal, tinha sido do município, e que o convite tinha sido dirigido aos diferentes grupos municipais para que indicassem uma pessoa que procedesse a esse acompanhamento e às sugestões. Disse que, esse acompanhamento não era visto com bons olhos, por quem estava a fazer a elaboração desse processo do orçamento participativo, e que os deputados municipais indicados eram tratados como se não existissem e, ainda, com menor respeito para com aquilo que tinha sido o apelo dirigido à Assembleia Municipal. Disse haver necessidade que a Câmara Municipal desse uma explicação à Assembleia, ou seja, se quer a colaboração da Assembleia Municipal, e os grupos parlamentares ali representados, ou não, sendo esse o ponto fundamental colocado pela sua colega e que careceria de esclarecimento. Em relação aos transportes escolares, disse compreender que a ANMP se comporta, às vezes, como um sindicato das autarquias perante a administração central, no entanto, a Câmara Municipal não podia usar esse pretexto contra as famílias severenses, sendo óbvio que, quem estava a ser prejudicado pelo facto do município não estar a suportar despesas que são obrigatórias, eram as famílias severenses. Disse admitir que a Câmara Municipal queira fazer uma conta de deve haver com a administração central, não só em relação aos transportes escolares, mas em relação a todas as matérias que estavam, inclusivamente, a ser negociadas dos pacotes de descentralização para as autarquias locais. Mais disse que, se a Câmara Municipal tivesse intenção de avançar, devia fazer uma conta corrente com a administração central para se cobrar à administração central aquilo que se considera ser um direito de Sever do Vouga, ter mais verbas em função daquela despesa que vai suportar.----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** voltou a fazer uso da palavra para dizer que era evidente que a ARU era definida pela Câmara Municipal e que tinha sido definida no máximo que podia ter sido definido. Sobre o orçamento participativo, disse recusar, terminantemente, que haja membros da comissão, escolhida na Assembleia Municipal, que fossem tratados como se não existissem ou tratados com menor respeito. Mais disse que, quando o executivo entendeu que pudesse haver uma comissão designada pela Assembleia Municipal para acompanhar a organização e as regras do orçamento participativo, tinha-lo feito com a melhor das intenções, para que houvesse uma abertura de ideias para toda a gente poder dar a sua opinião. Sugeriu que esse assunto fosse esclarecido em sede de comissão, estando sempre a tempo, e que o documento podia ser alterado na próxima reunião. Sobre os transportes escolares, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse não estar a reboque de ninguém e que o executivo tem tido uma forte aposta no social, estando inteiramente aberto a considerar o transporte escolar gratuito até ao 12º ano. Por fim, disse que, quando a moção fosse apresentada, ser-lhe-ia dado o tratamento adequado.-----

Foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** para dizer que, uma vez que o programa do ARU é apenas para os centros das sedes dos concelhos, o que a Câmara Municipal tem que fazer é, obviamente, libertar outras receitas para investimentos nas freguesias para compensar as receitas do ARU. Disse que o Vice-presidente tinha falado na aldeia dos Amiais, mas esquece-se que essa intervenção já foi feita em 2005 e ainda está por acabar, sendo lamentável terem-se demolido algumas infraestruturas que ainda não estão repostas.

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse que estava sempre atento ao que se passa em Couto de Esteves e que, ainda há poucas horas atrás, tinham estado os dois a conversar para uma intervenção no centro urbano de Couto de Esteves. **O Vice-presidente da Câmara Municipal** disse que estava sempre atento ao que se passa em Couto de Esteves e que, ainda há poucas horas atrás, tinha estado em conversa com o vereador Raul Duarte,

para uma intervenção no centro urbano de Couto de Esteves. Mais disse para o senhor presidente da junta não se fazer de “calimero”, porque o executivo estava sempre atento ao que se passa em Couto de Esteves.-----

Foi dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** que falou sobre o discurso do Presidente da República Portuguesa, na sessão solene de comemoração do 25 de abril, dizendo que, o mesmo tinha dado alguns recados à classe política, principalmente, para não se perder de vista o que é uma democracia, e que os mais decisivos políticos serão os cidadãos, pois, na sua assunção mais simplista, a definição de democracia é o governo do povo. Disse que a ideia mais interessante era mesmo a do equilíbrio de poderes que a democracia pede, com pesos e contrapesos, equilíbrio que permite conter a direção que se vai verificando com lideranças populistas na forma e conteúdo. Populismo esse, que é a forma mais fácil de fazer política, com alertas exagerados e manipulação de opiniões, populismo que se vai verificando ao nível mundial, europeu, nacional e, até mesmo, local. Disse que, por vezes, é a nível local que mais se vê esse populismo, que vem misturado com algum desconhecimento de leis, regulamentos e funções a exercer, com discursos inflamados, com apoio externo, vindo de outras terras, com mais desconhecimento e mais discursos inflamados, com atropelo de direitos, liberdades e garantias dos outros, mas, principalmente, pelo respeito do outro, o que leva mesmo à entropia daquele que é o princípio da democracia – governo do povo. Afirmou serem eleitos para exercer um mandato dentro de um quadro de princípios, com funções bem estabelecidas e, nesse quadro, as responsabilidades e os deveres são ainda maiores. Disse que, tudo isso tem acontecido ao longo dos passados quarenta e quatro anos de democracia, e que, embora tivesse nascido na ditadura, sempre viveu na democracia, tendo sorte, por isso mesmo, não tem a veleidade de querer dar lições de democracia a ninguém, mas disse já ter os seus anos de vida e a sua opinião, e que sempre viu o lugar que ocupa como uma responsabilidade e dever de fazer o melhor pela sua terra e pelas pessoas da sua terra, princípios que lhe foram transmitidos desde muito nova por quem, também, lutou por uma vida melhor em Sever do Vouga. Na senda desses princípios, disse ter presente a responsabilidade da posição que ocupa, dos seus deveres e das funções que tem, por isso, perguntou ao Vice-presidente da Câmara Municipal, uma vez mais, qual o ponto de situação dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, uma vez que tinha sido dito, na sessão de dezembro de 2017, que já se encontravam em fase de negociação e discussão e que, em fevereiro, já seriam apresentados os acordos. Afirmou que, em fevereiro, nada apareceu, mas que nessa sessão, o Vice-presidente tinha informado que só estavam a aguardar uma última reunião com os senhores presidentes de Junta, após entrega da proposta da Câmara, e que seguiria os trâmites normais. No entanto, mais dois meses se passaram e nada foi apresentado. Disse querer resultados até à sessão de junho. Quanto ao orçamento participativo, disse ter presente sempre que pediram que fosse realizada uma análise ao modelo do mesmo e ao processo que decorreu, com constituição de um grupo de trabalho, para entrega de conclusões à Assembleia, mas que nada disso tinha sido feito e mais parece que continua a não querer ser feito, uma vez que se nomearam pessoas para esse grupo de trabalho e o que lhes foi pedido, foi que, com dois dias de antecedência, se apresentassem numa reunião, onde foi apresentado um documento elaborado, para o novo orçamento participativo, devendo, quase no imediato, dar as suas opiniões. Dirigindo-se ao Vice-presidente da Câmara Municipal, perguntou onde estava o processo democrático de análise do novo orçamento participativo, quando ainda nem se tinha analisado e retirado conclusões do anterior e já se estava a avançar com o novo. Mais disse que, se não queriam um grupo de análise, mais valia ter sido logo dito.-----

Foi dada a palavra a **Elmano Jorge Ribeiro da Silva** que começou por dizer que a população do concelho continuava limitada no que respeita ao acesso à saúde, pois, depois do governo limitar-se a encerrar o atendimento complementar no Centro de Saúde (medida que dizia ser temporária), já passaram seis meses e continuavam sem soluções e a assistir a um governo que foge às suas responsabilidades públicas e que olha para o concelho com

pouca importância, mesmo sabendo que Sever do Vouga possui uma população envelhecida e com uma rede de transportes para o exterior deficitária. Perante aqueles factos, pediu que o Município clarificasse qual era a situação atual e que posições tinham sido tomadas para solucionar aquele encerramento. Disse constatar que, no concelho, estava a verificar-se um abandono relativamente a edifícios públicos, dando o Centro de Saúde como exemplo e citando a falta de limpeza exterior, com uma vegetação considerável, tanto no interior do recinto como nas limitações, pondo em risco os utentes que ali se deslocam, principalmente em época de incêndios. Deu, ainda, como exemplo, o quartel da GNR, que continua com um acesso esburacado e o edifício, em si, a necessitar de obras de restauro no seu interior. Disse ser necessária uma intervenção mais ativa no município perante o poder central, uma vez que está a haver uma degradação do património.-----

A intervenção seguinte foi a de **Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço** que falou de uma das principais preocupações do PSD, que é a agricultura e a aposta que os jovens empresários estão a ter. Disse querer focar dois aspetos que, atualmente, se avizinham como ameaças para as produções locais, que são a vespa asiática e a mosca Suzuki. Relativamente à vespa asiática, tema já abordado, disse que, apesar do esforço feito, considerava que deviam ser tomadas medidas que visem a erradicação, medidas essas que devem passar pela prevenção e não só pela eliminação. No que toca à mosca Suzuki, uma ameaça bem mais séria para os agricultores, por destruir o fruto, disse que a mesma já se encontrava em concelhos vizinhos, sendo necessário, do seu ponto de vista, as medidas preventivas de imediato. Por isso, perguntou o que é que o executivo tinha programado para o seu combate, se é que tinha alguma programação, e se tinha articulado com uma das agências, que o município financia, por exemplo, a Agim, que é uma das entidades que, atualmente, terá conhecimento sobre o assunto abordado.-----

Foi dada a palavra a **Patrícia Sofia Martins Santos** que disse terem passado quatro meses desde o encerramento da EM 570 e que, embora o motivo pelo seu encerramento era compreensível para todos, no devido tempo estipulado, quatro meses transparecia ser uma situação onde nada era feito para que tal fosse resolvido. Disse sentir que, de Assembleia para Assembleia, estavam parados no tempo. Perguntou porque é que a estrada estava fechada há quatro meses. Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, disse que o mesmo ainda não tinha avançado e que, embora a bancada do PSD não colocasse em causa que a opinião da juventude era valorizada pelo executivo, os deputados da Assembleia que constituem o mesmo, continuavam sem ter voz ativa. Perguntou se teriam de esperar até 2021 para serem consultados.-----

Seguidamente, interveio **José Luís da Silva e Almeida** que quis aproveitar a oportunidade da sessão se realizar numa data tão próxima das comemorações do 25 de abril, para, mais uma vez, lembrar os capitães de abril a quem o país deve uma das manifestações de generosidade coletiva ao protagonizarem uma revolução que, ainda hoje, é vista como o exemplo da transformação de uma ditadura numa democracia parlamentar. Disse querer associar à data os quarenta e cinco anos do Partido Socialista, que ocorreram em 19 de abril. Afirmou que, aquele partido, fundado um ano antes do 25 de abril, altura em que ainda se estava em ditadura, desde sempre pugnou por uma sociedade livre e democrática e em que o legado dos seus fundadores era o exemplo mais claro desse desiderato. Disse que, a força daquele partido resultava do que, para muitos, seria uma fraqueza - é um partido de homens e mulheres livres, livres de pensar e de ter opiniões diferentes. Afirmou que, nem sempre se sabe valorizar o que se tem e que é fácil esquecer o sacrifício dos homens e das mulheres que ousaram dizer e pensar diferente e que, com isso, sofreram toda a espécie de represálias, sendo a mais comum, a de serem proibidos de trabalhar ou exercer a sua profissão. Disse, o que agora é exigido a todos é muito simples, pois apenas devem participar e escolher os seus representantes sempre que, para isso, sejam convocados e que, quem não o faz, está a autoexcluir-se da tomada de decisões por quem os representa, seja a nível local, seja a nível nacional. Disse que as reclamações feitas,

pelos que apenas usam as redes sociais para se expressarem, não passam de um pobre contributo de quem tem a obrigação de participar e, assim, ter legitimidade para exigir que lhe prestem contas. Olhando para o passado, e para o que se é, coletivamente, hoje, disse reconhecer facilmente que houve uma evolução - em conhecimento e em qualidade de vida, mas que ainda falta fazer muito, e que um dos grandes desígnios a resolver é a desertificação do interior. Disse haver muitas razões e diagnósticos, mas que não é um problema de apenas uma resposta e que é esse tipo de desafios nos quais os partidos têm de encontrar um entendimento, pois, identificado o problema é necessário ter a capacidade de criar um leque de respostas que sejam abrangentes e consensuais para que a grande maioria dos partidos as adotem e assim se possa começar a resolver um problema que poderá colocar em risco o futuro de todos. Colocou a questão - podíamos estar melhor? - dizendo que aquela pergunta era a de sempre e que, em hipótese, tudo era possível, os políticos são a imagem da nação e são os que o voto democrático escolhe. Disse que, apesar de tudo, pensava que eram preferíveis políticos que se podiam substituir por sufrágio do que alguns poderes existentes e que ninguém elegia e que tinham a presunção de querer representar uma consciência que, depois, se prova ser apenas corporativa. Perguntou, ainda, se era possível melhorar, dizendo que, era aí que entrava o contributo individual para um objetivo coletivo e que todos os dias eram bons para aprender, sendo que, se forem melhores em tudo o que fazem e participam, é criada uma corrente com força para tornar melhor o país, pois não se procura desculpar as próprias falhas com o passar de culpas para o outro. Quanto às moções apresentadas, disse merecerem-lhe duas apreciações distintas. A moção da expansão da ARU disse merecer o seu voto favorável, desde que enquadrável nas leis vigentes. Sobre a moção da extensão do financiamento dos transportes escolares até ao 12º ano, disse que, como princípio, parece-lhe bem, mas que só a poderá apoiar, em consciência, se souber qual o valor daquela medida e qual o seu impacto no orçamento municipal, bem como quais são os critérios associados. Solicitou que aquelas informações fossem facultadas para, depois, tomar uma posição fundamentada e definitiva. Disse saber onde conduz a posição fácil de pedir a redução das receitas do município e, ao mesmo tempo, pedir o aumento das despesas, sabendo todos o que acontece quando se gasta mais do que se tem disponível. Afirmou que, os desejos de redução disto e daquilo, solicitados pelo CDS, podem ser populares, mas que são pouco refletidos e não têm correspondência com o que faziam quando eram governo, pelo que não terão o seu apoio, nesta data, e que optará pela abstenção. Terminou a sua intervenção desejando, mais uma vez, os votos da melhor recuperação do presidente da Câmara, Dr. António Coutinho.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas e, começando pelos acordos de execução, disse não retirar uma vírgula ao que tinha dito e que a última reunião havida com os presidentes de junta tinha sido realizada no dia 12 de abril, altura em que os acordos tinham sido negociados, tendo havido uma ampla conversa e discussão e que tinha havido freguesias que já aceitaram os acordos. Quanto ao orçamento participativo, afirmou que, se estão a dizer que a comissão não funcionou, devem falar disso no interior da comissão. Mais disse que iria pedir à técnica que fizesse um resumo, ou uma, ata daquilo que tinha acontecido. Sobre o acesso à saúde, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que o Serviço de Atendimento Complementar tinha fechado no dia 06 de dezembro e não há seis meses. Sobre a referência a dois edifícios públicos, o Centro de Saúde e o quartel da GNR, disse que o município não é proprietário dos mesmos e que tinha exposto as preocupações do município, em relação ao assunto, ao Secretário de Estado Adjunto da Saúde, aquando de uma reunião realizada juntamente com um membro da ARS Coimbra, e que tinha sido analisada a situação, quer do atendimento complementar, quer do corte das árvores do Centro de Saúde, mas que estavam a aguardar uma resposta, uma vez que o município tinha oferecido os seus serviços. Sobre a vespa asiática, disse que os serviços do município, juntamente com o vereador Raul Duarte, que tem uma equipa fantástica, estavam a tratar dela. Informou que tinha sido realizada uma reunião com o Secretário de Estado da Proteção Civil, onde tinha sido questionado sobre a

vespa, e que tinham dito para ser o município a tratar do assunto, pelo que tem sido o que tem vindo a acontecer. Afirmou, uma vez que não existe um plano nacional, que já devia haver, o município estará atento a isso para ver o que é que se pode fazer no combate a essas pragas. Relativamente à E.N. 570, informou que a estrada não é municipal e que o município tinha autorizado que a mesma fosse encerrada ao trânsito, pelo período que se conhece, e por vários motivos e que tem manifestado a sua impaciência e desagrado sobre a situação, havendo a informação de que a estrada será reaberta no próximo dia 05 de maio. Finalmente, disse estar a decorrer o período para quem se quiser apresentar para ajudar na elaboração do regulamento do Conselho Municipal da Juventude.-----
Voltou a ser dada a palavra a **Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço** que disse ter ficado que o município tem uma equipa fantástica, mas perguntou qual a equipa, qual o equipamento, quem, onde, e se os bombeiros estavam incluídos. Disse que, como membros da Assembleia Municipal, e sabendo que a Câmara Municipal financia uma instituição que tem técnicos de agricultura e engenheiros, que é a Agim, o Vice-presidente pode informar e tentar saber o ponto de situação neste momento, uma vez que é conveniente estarem todos informados sobre aquele aspeto.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse que iria informar-se sobre a mosca Suzuki.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou as duas moções, apresentadas pelo PSD e pelo CDS, à votação.-----

Moção do PSD, intitulada “Expansão da ARU ao Centro das Freguesias”:-----
No concelho de Sever do Vouga, é notório o envelhecimento e abandono da população, e consequente desertificação do nosso concelho, principalmente das nossas freguesias, sendo este movimento apenas contrariado de uma forma ténue pela sede de concelho. Este facto preocupante merece, de todos nós, uma especial atenção de forma que sejam tomadas medidas para combater e reverter esta situação. O município possui medidas que visam a requalificação urbana da sede do concelho, aprovada em 27 de janeiro de 2016, e com âmbito temporal de aplicação de três anos, designada por ARU e que tem por objetivo:-----

“A área de reabilitação urbana (ARU) de Sever do Vouga tem como objetivo central a criação de condições que promovam a fixação de população, assim como de atividades ligadas ao comércio e serviços no seu centro. Esta ARU define uma unidade de intervenção na área central da Vila de Sever do Vouga, onde identifica um conjunto de imóveis de interesse patrimonial. A Autarquia deverá proceder a intervenções de requalificação no espaço público, concedendo aos privados um quadro de benefícios e incentivos fiscais mais favorável para procederem à reabilitação do seu património.”-----

Neste sentido, a Assembleia Municipal, vem por esta recomendar à excelentíssima Câmara Municipal, que:-----

- Com base na filosofia e objetivos inicialmente proposta, que a ARU seja “alargada” a todos os centros de freguesia, como medida de apoio e criação de condições à fixação da população nas freguesias. Esta proposta de alteração, servirá assim como complemento e reforço de medidas para combater a desertificação e envelhecimento que assistimos de uma forma geral nas nossas freguesias.-----

A Assembleia Municipal aprovou a moção “Expansão da ARU ao Centro das Freguesias” por unanimidade, com vinte e seis votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Seguidamente, foi colocada à votação a moção do CDS:-----

Considerando que:-----

1. *Se realizou no passado dia 10 de abril uma reunião do Conselho Consultivo dos transportes escolares, tendo em vista a apreciação global dos serviços dos transportes escolares prestados durante o ano letivo de 2016/2017 e elaboração do novo plano de transportes para o ano letivo de 2017/2018;-----*
2. *O plano posteriormente aprovado em reunião de Câmara, de dia 26 de abril de 2018, apenas prevê que o Município de Sever do Vouga apenas suporte os custos totais dos transportes escolares somente até ao 9º ano de escolaridade do ensino básico;-----*
3. *O ensino obrigatório em Portugal passou a ser até ao 12º ano de escolaridade, ensino secundário, sendo um dever do Estado e das autarquias suportar os custos com o sistema público de ensino;-----*
4. *As despesas com os transportes são um custo significativo para que as famílias severenses possam cumprir a escolaridade obrigatória e tendo, também, em conta as dificuldades financeiras sentidas por muitas;-----*
5. *Cabe ao Município de Sever do Vouga apoiar as famílias severenses e que, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, é competência das autarquias locais, a oferta do serviço de transporte escolar aos alunos do ensino básico, secundário e profissional, desde que residam a 3 ou 4 quilómetros, respetivamente, sem ou com refeitório;-----*
6. *Com a publicação da Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto, foi regulamentado que são abrangidos pelo passe 4_18@escola.tp os alunos do escalão A e B da Ação Social Escolar, que não se encontrem abrangidos pelo serviço de transporte escolar previsto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro;-----*
7. *Em muitos municípios, de diferentes cores partidárias, por exemplo, Viseu, Sintra, Viana do Castelo, já participam o transporte escolar até ao final da escolaridade obrigatória.-----*

A Assembleia Municipal de Sever do Vouga delibera recomendar à Câmara Municipal que proceda à revisão do Plano de Transportes de modo a garantir que nos serviços de transportes escolares sejam contemplados todos os alunos do concelho que se encontrem a frequentar a escolaridade obrigatória, até ao 12º ano, suportando os custos com os mesmos, desse modo, assegurando a gratuitidade do acesso ao ensino daquelas famílias.--

A moção foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor de Ana Tavares, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, José Sousa, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins, dez abstenções de Alexandre Machado, Beatriz Soares, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Patrícia Santos e um voto contra de David Alves.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Cristina Dias Coutinho** que começou por dizer que, no ponto das obras públicas, a informação apresentada era pouco clarificadora e bastante incompleta, uma vez que apenas menciona as obras em execução, a iniciar brevemente, em fase de adjudicação, em concurso, em fase de projeto e trabalhos de administração direta, ficando, portanto, a faltar muito conteúdo naqueles itens. Disse ter já solicitado, na última sessão, que a informação sobre as obras fosse mais detalhada e que tivesse mais conteúdo, e que o Vice-presidente da Câmara Municipal tinha-se prontificado a enviar um mapa com toda essa informação, o que não aconteceu. Disse importar saber o nome da obra, a localização, o início da obra, a percentagem de execução, a data prevista de término, objetivo (atingido, não atingido, ou assim, assim), se existe, ou existiu, algum embargo, auto de suspensão, entre outras informações relevantes para o processo. Alertou para o facto de faltar as obras do Ecocentro, da ETAR e das piscinas municipais. Disse ter estado, mais que nunca, atenta às atas da Câmara, tendo em conta o que foi dito pelo

senhor deputado do PS, na última assembleia, e que verificou algumas contradições. Deu o exemplo do dia 27 de dezembro de 2017, onde o vereador, Pedro Lobo, perguntou ao senhor presidente da Câmara como estava a decorrer a obra do Ecocentro e se a mesma estava atrasada, ao que o presidente da Câmara lhe informou que a obra estava a decorrer dentro da normalidade e que tinha ideia de que a mesma iria terminar dentro do prazo. No entanto, disse ter sido apresentado, no dia 24 de janeiro, do presente ano, um Auto de Suspensão dessa mesma obra, curiosidade ou não, datado de 04 de dezembro de 2017, portanto, quase um mês antes da questão levantada pelo vereador. Perguntou, afinal, que garantias dá o executivo de que a informação apresentada é verdadeira e fidedigna e se era possível garantir que o Auto de Suspensão foi cumprido? Disse, ainda, que na última sessão, Vice-presidente da Câmara Municipal tinha dito que tinha sido necessário suspender a obra, uma vez que tinha sido necessário proceder a alterações por questões técnicas, cuja responsabilidade seria do projetista e não da Câmara Municipal. Perguntou se o projetista irá ressarcir a Câmara Municipal pelos danos causados. Perguntou, ainda, se o prazo de conclusão se tinha mantido ou se, também, tinha sido alterado para cento e cinquenta dias e se teve custos para o município. Relativamente à ETAR, disse querer saber como se encontra a obra, se existe algum auto de suspensão ou embargo e, ainda, se a estrada irá ser reaberta no próximo dia 06 de maio. Mais perguntou quais tinham sido os custos financeiros para a Câmara Municipal. Relativamente às piscinas municipais, que disse ser outro tema sensível, sobretudo para quem tem lá pessoas inscritas, miúdos que vão para lá no fim das aulas para ter a sua atividade física aquática, perguntou para quando estaria a sua reabertura, já que se encontra há algum tempo fechada. Questionou, ainda, qual a política existente, na Câmara Municipal, a nível de desporto (nomeadamente aquático), e se existe algum contrato ou contratos de manutenção dos equipamentos existentes, dando como exemplo as piscinas, a Escola Secundária e o Vougapark. Quanto ao Vougapark, disse saber que existe uma garantia, não sabendo se já passou ou não o seu prazo, e que existem queixas de infiltrações dentro do edifício. Perguntou se tinha sido atendida atempadamente a garantia, de forma a não trazer prejuízos à autarquia e, se não foi, o porquê de isso acontecer e se o Vougapark continuava a ter infiltrações. Perguntou porque é que nenhuma das questões levantadas pelos vereadores não tinham sido respondidas. Relativamente ao prazo médio de pagamentos, disse que na informação escrita de 23 de fevereiro de 2018, tinha sido apresentado um prazo médio de pagamento para 2017 de vinte e um dias e que, hoje, a informação escrita apresenta um prazo médio de pagamentos de quinze dias, questionando a razão daquela variação. Mais perguntou o que se passava com o executivo e com a ausência de informação. Terminou a sua intervenção dizendo que o concelho não pode continuar a trabalhar em cima dos joelhos e a remar ao sabor do vento, pois os severenses merecem mais e melhor, merecem mais empenho e melhores resultados.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que chamou a atenção para um ponto da informação escrita, tendo já chamado a atenção em várias ocasiões no passado, que é a falta de informação sobre aquilo que são as empreitadas feitas de modo direto pelo município. Referiu outro ponto, que é a falta de informação relativamente às contingências, ou seja, os processos que o município teria. Afirmou que, da primeira informação escrita para a segunda, tinha havido uma melhoria, mas que a terceira tinha voltado a cair. Disse não acreditar que, naquele espaço de tempo, tivessem sido resolvidos todos os processos, mas, se tivessem, devia existir essa informação de que estava resolvido. Em relação às obras, em concreto, e aquilo que é a execução do orçamento e a informação que é disponibilizada, disse que, a única conclusão que pode retirar é que algo não está a correr bem, porque conseguiu detetar que, na execução orçamental da receita, nomeadamente na de capital, sabendo que se tratam de verbas da União Europeia, por exemplo, a execução do primeiro trimestre é de apenas 3,78%. Na execução da despesa corrente 17,48%, no capital 10,87%, dizendo que é por haver um atraso na construção do Centro Escolar. Falou sobre a suspensão da obra do

Ecocentro, cujo envio do relatório tinha sido prometido, na última sessão, pelo Vice-presidente da Câmara Municipal e que, até ao momento, ainda não existia qualquer informação sobre o que se passou. Afirmou que, se houve erros que levaram à suspensão da empreitada, é preciso apurar as responsabilidades e que é a Câmara Municipal que tem a função executiva e o dever de imputar as responsabilidades a quem o tem. Disse, ainda, que, se foi um erro de projeto, não pode ser o município a suportar o custo desse erro e, se foi um erro na empreitada, o município tem a responsabilidade de imputar essa mesma responsabilidade, havendo uma fiscalização de obra, sendo necessário o relatório da fiscalização de obra para esclarecer sobre o ponto de situação relativamente à empreitada e porque razão sucedeu à suspensão da empreitada. Falou sobre a preocupação com o que está a passar na construção da ETAR de Sóligo, e que tinha tido a oportunidade de confrontar o senhor Ministro do Ambiente, quanto ao prazo em que estava prevista a conclusão da ETAR, e que lhe tinha sido respondido que seria o primeiro trimestre de 2018, que terminou no dia 31 de março. Disse imaginar que o município esteja em cima da questão e solicitou que essa informação constasse da informação escrita, sobre o andamento dos trabalhos de modo que se perceba porque razão essa obra também está atrasada. Em relação à questão da floresta, disse considerar insuficiente a informação face àquilo que são as dificuldades que foram sentidas em todo o país relativamente àquilo que é a execução da portaria em que o governo determinou desmatar vastas zonas para proteção das localidades e habitações, e que era importante que houvesse, na informação escrita, informação sobre o que está efetivamente a acontecer no terreno para que todos tenham essa mesma informação. Relativamente ao orçamento participativo, que também consta da informação, disse não estar satisfeito quanto à forma como foram desenvolvidas as reuniões, sendo importante promover a realização de uma reunião para fazer o ponto de situação e ultrapassar as dificuldades que ocorreram. Disse saber existir boa vontade por parte do Vice-presidente, pela sua resposta, e que estava convencido que se deve ultrapassar aquilo que começou como boa intenção e que convém que não acabe em desacordo. Quanto ao último ponto, que é o Conselho Municipal da Juventude, pediu que o Vice-presidente convocasse uma reunião com os membros para que ultrapasse as mesmas dificuldades.-----

Foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que falou sobre a obra do mandato, ou melhor, 3,5 milhões de euros que continuam a reduzir-se na comunicação escrita a seis palavras “Centro Escolar de Sever do Vouga”, tão grandiosa obra, que dentro de três anos será a grande bandeira do executivo, nem direito tem a aparecer no documento em letras mais gordinhas. Disse que, na mesma página, a “Construção de passadiços no trilho da Aqualva” também deixa passar muito despercebida outra obra que está em execução, sendo uma ponte pedonal sobre a albufeira que permitirá uma deslumbrante vista sobre a foz do Rio Lordelo, na albufeira. Afirmou que, aquele troço de trilho será, a seguir aos passadiços do Paiva, o mais belo e extraordinário cartão de visita de toda a região das montanhas mágicas, no que respeita a trilhos pedestres. Contudo, disse que, a Assembleia e os severenses continuavam sem saber se é a Câmara ou a EDP o patrocinador daquela ponte. Aproveitou a sua intervenção para fazer um esclarecimento acerca daquele assunto, dizendo que, na penúltima sessão da Assembleia Municipal, o Vice-presidente da Câmara disse que o presidente da Junta de Couto de Esteves era contra a barragem. Disse que, defender as comunidades locais dos impactos negativos que as barragens causam é diferente de se ser contra qualquer barragem e que defender as comunidades locais não é mais do que a obrigação das autarquias locais, nomeadamente da Câmara Municipal. Disse ser o que tem feito há mais de dez anos, mesmo antes de ser presidente de Junta. Aproveitou, também, para contar a história da ponte pedonal, sobre a albufeira, com vista para a foz do rio Lordelo, dizendo que aquela era uma ponte, construída em betão, da década dos anos cinquenta, que servia de comunicação pedonal entre as aldeias de Couto de Baixo, Lourizela e Quinta da Sernada, servindo, ainda, para passagem de pescadores e caminhantes e, mais recentemente, era sobre ela que passava o trilho pedestre número oito

de Sever do Vouga. Referiu que aquela ponte nem sequer estava mencionada no estudo de impacto ambiental do Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio Ermida e que foi o cidadão Sérgio Soares que levou ao local, em 2010, os engenheiros da EDP, João Rodrigues e Paulo Carvalho, que a colocaram na lista de obras a serem repostas devido á construção da barragem. Mais disse que, vir à Assembleia dizer que o presidente da Junta de Couto de Esteves é contra a barragem é mais fácil do que não assumir a incompetência de não defender os interesses da população.-----

A seguinte intervenção foi a de **Patrícia Sofia Martins Santos** que, em nome da bancada do PSD, felicitou a Biblioteca Municipal pelas iniciativas que tem tido ao longo dos anos para dinamizar o concelho, as suas escolas, as suas crianças, os seus bebés, em suma, a população do concelho. Afirmou serem iniciativas ponderadas, focadas e inovadoras que têm trazido ao concelho pessoas de concelhos vizinhos, e não só, que ficam muito agradadas com aquelas atividades. Disse ser uma forma inteligente de valorizar e divulgar o concelho. Felicitou, também, os organizadores da 18ª Gastronómica da Rota da Lampreia e da Vitela que atingiu um nível, francamente, positivo pelo registo dos restaurantes aderentes, dizendo que a bancada do PSD anseia pela consulta do relatório final para, com ele, poder avaliar e melhorar aquele evento de forma a proporcionar experiências únicas a quem visita o concelho podendo, no futuro, conciliar aquele evento com outros, uma vez que, ficar só à beira rio não é uma solução viável a longo prazo para o mesmo. Louvou a diversidade que o foral, este ano, apresenta na participação de mais associações concelhias, sendo elas que divulgam a cultura e as tradições das aldeias do concelho, mas que, por si só, não chega. Disse caber ao município apoiar a prata da casa e aprender com quem se contrata, e, nas próximas edições, serem os severenses os dinamizadores de todo o foral, sendo é uma realidade mais do que possível. Afirmou que todos os eventos devem ser um método de aprendizagem construtiva e que, só assim se pode prolongar e dinamizar com qualidade algo intrinsecamente nosso. Sobre as ferramentas de trabalho para o foral, disse ser preciso saber onde procurar, uma vez que o concelho é, maioritariamente, agrícola e que é preciso conciliar aquele evento com os mecanismos apropriados como, por exemplo, o Museu, que deve ser impulsionador das tradições em eventos daquele género. Mais disse que a pesquisa e inventariação não devem ser feitas para ficarem guardadas entre quatro paredes, mas, sim, devidamente manuseadas para chegar a todos, pois o Foral, a Feira do Mirtilo e a Ficavouga são, atualmente, a melhor expressão visível do melhor que há a oferecer no turismo em Sever do Vouga. Disse que a bancada do PSD tinha algumas dúvidas quanto à avaliação positiva sobre o atual funcionamento dos transportes escolares e que era certo e sabido que alguns transportes não eram feitos segundo as normas, sendo visível a falta de pessoal no acompanhamento das crianças em certos transportes escolares, onde apenas o motorista acompanha as crianças. Disse ser, também, sabido que existem crianças do primeiro ciclo que não têm acesso ao mesmo e que os pais saem mais cedo do trabalho ou as crianças têm que ir a pé para casa. Questionou quem tinha feito o relatório, quem o tinha avaliado e quem tinha informado o conselho consultivo dos transportes escolares de forma a ter-se obtido uma avaliação positiva quando a realidade não era assim tão cor de rosa.-----

Foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida** que disse ser vasta e atual a informação, merecendo apenas uma chamada de atenção. Referiu a obra do Azibal que, embora esteja dentro do prazo, deve ser concluída até ao São João, uma vez que é chato ter obras à porta na altura das festas. Quanto à licença de utilização da estrada municipal que liga Sóligo à E.N., que é a única situação em que a Câmara Municipal pode intervir, sugeriu ao colega da Assembleia Municipal, como deputado da nação, que pedisse informações à AdRA para saber o ponto de situação.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que disse ter tomado nota das sugestões quanto à informação sobre as obras públicas, mas que o mapa das empreitadas em execução é inteligível e tem bastantes dados, sendo que o mesmo será melhorado. Sobre o Ecocentro, disse que tinha sido feito o último auto de medição da

empreitada e a receção provisória, faltando o relatório final. Sobre a ETAR, disse que o atraso na reabertura da estrada não tinha trazido custos financeiros para o município. Sobre as piscinas municipais, informou que já estavam reabertas e que o motivo de encerramento tinha sido um filtro avariado. Sobre o Vougapark, informou que não tinha sido ativada a garantia porque a obra não estava fechada e nem tinha sido rececionada definitivamente, estando numa fase de análise aos defeitos que a obra apresenta e só quando for rececionada definitivamente, e o empreiteiro não proceder à regularização, é que pode ser acionada a garantia, esperando não ser necessário. Quanto à ausência de informação, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse não achar o mesmo e que não tinha nada a esconder e que, se, na presente sessão, ou em próximas sessões, não for enviado o que foi pedido, os membros estavam à vontade de relembrar o executivo informalmente. Sobre as contingências, disse não ter havido alteração nenhuma em relação à última informação. Quanto à execução orçamental da receita, informou que, quando esses dados são apresentados, são diferentes porque foram retirados quando as contas não estavam encerradas. Quanto ao atraso na execução do Centro Escolar, informou que a obra não estava atrasada, porque tinha sido aprovado o cronograma novo, mas que estava a pressionar o empreiteiro para apresentar execução, uma vez que se trata de uma obra financiada. Sobre as florestas, afirmou que o hemiciclo tinha aprovado um projeto de lei para revogar o projeto de lei do governo e que se desconhece se vai ser, ou não, obrigatório proceder à limpeza das florestas, embora o município já esteja a fazer limpeza nos sítios mais sensíveis. Sobre o orçamento participativo, disse não falar mais nesse assunto, por uma questão de gestão de tempo. Sobre o Conselho Municipal da Juventude, disse custar-lhe estar a convocar um conselho sem ter uma lei habilitante, que é o regulamento, e que o prazo estava a terminar, sendo que, quando ele expirar, será aprovado o definitivo para depois começar a todo o vapor. Dirigindo-se ao presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, disse louvar a sua atitude em defender os interesses da população e que o trilho primitivo tinha ficado submerso, mas que uma das reivindicações do município, junto da EDP, foi de repor as acessibilidades existentes, tendo sido feito um acordo com a EDP para o mesmo. Disse, ainda, louvar a sua postura de defender as populações locais dos efeitos negativos da barragem, só que, também devia ser complementado com os efeitos positivos da mesma. Sobre o Foral e outros eventos, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse ter registado o reconhecimento e que a intenção era envolver as associações locais. Sobre os transportes escolares, disse não ter conhecimento de falta de pessoal para acompanhar as crianças, e que o município tem o máximo cuidado com isso. Mais disse que o relatório da comissão dos transportes escolares era público e está na página do município.-----

Foi dada a palavra a **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que agradeceu os esclarecimentos prestados, mas que queria fazer uma nota relativamente à construção do Centro Escolar, uma vez que o Vice-presidente da Câmara Municipal disse não haver atraso nenhum, mas que estava a pressionar o empreiteiro para andar mais depressa porque precisava de receber as verbas da UE. Disse que, olhando para aquilo que tem vindo a suceder, era fácil perceber que estava a ocorrer um atraso dado o facto de ter havido necessidade de fazer uma alteração ao cronograma. Mais disse que a própria execução de receita de capital tem uma taxa de execução, no primeiro trimestre, de pouco mais de 3%.-- A seguinte intervenção foi a de **Paula Cristina Dias Coutinho** que disse não estar ali para implicar com nada, considerando, apenas, que o quadro apresentado é muito escasso e que faltam muitas obras. Disse que, se o Vice-presidente da Câmara Municipal acha que a forma mais expedita de fazer chegar a informação é da forma mais informal, poderá ir tomar café com ele e solicitar essa informação. Em todo o caso, disse que, a sua bancada iria fazer um requerimento a solicitar essa informação. Relativamente à obra da ETAR, disse que a Câmara Municipal é associada da AdRA, portanto, cabe à Câmara Municipal inteirar-se de como se encontra aquela obra e dar contas do que está a acontecer, uma vez que é do interesse da população.-----

Foi dada novamente a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** para dizer que, na piscina municipal, não se tratou de uma obra, mas, sim, da aquisição de um bem. Sobre a ETAR, disse estar a par, diariamente, da situação e que o município tem estado a pressionar o dono da obra, não podendo é substituir-se ao dono da obra.-----

Foi dada a palavra a **Jorge Manuel Henriques da Graça** que quis intervir na sequência de algumas coisas que tinha ouvido durante a sessão e que, uma delas, era um esclarecimento sobre a praga dos castanheiros, dizendo que a mesma se chama “vespa das galhas do castanheiro”. Prometeu fazer, na próxima sessão, algum esclarecimento, uma vez que é nessa área que trabalha. Disse que aquilo que o tinha levado a intervir eram as críticas em relação ao funcionamento dos transportes escolares, pois, enquanto presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga e presidente da Assembleia Geral da Associação de Pais dos Alunos de Paradela, nunca lhe tinha chegado qualquer crítica, tendo ficado muito chocado com as críticas feitas na sessão. Disse ter estado na reunião de avaliação, em representação da Associação de Pais do Agrupamento, e que, quando foi inquirido, deu a sua opinião pessoal porque não tinha nada para transmitir da parte dos pais. Em relação à crítica que foi feita sobre o acompanhamento das crianças do pré-escolar, disse que era conhecido que, tal como o ensino pré-escolar não é obrigatório, o transporte também não é, mas, felizmente, no município existe esse serviço fornecido pela Câmara e pelas Juntas de Freguesia, não podendo ser exigido mais do que aquilo que era prestado. Como integrante das associações de pais ao longo de muitos anos, afirmou que, muitas vezes, as associações pagavam POCs com as suas verbas e com a realização de atividades. Apelou a todos os membros da Assembleia Municipal para que, quando houver críticas, transmitam que existe uma associação de pais e que lhas façam chegar, pois, enquanto presidente da associação de pais, dentro daquilo que se poderá resolver, diretamente, o fará, como tem feito ao longo dos anos.-----

1.2 Prestação de Contas de 2017: - Foi dada uma breve explicação pelo Vice-presidente da Câmara sobre os documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2017, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Seguidamente foi aberto um período para apreciação dos documentos e proposta relacionados com a Prestação de Contas de 2017.-----

A primeira intervenção foi a de **António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro** que quis fazer uma formulação de princípio, em relação ao relatório de contas do município, e depois explicar qual a posição do CDS em relação àquelas contas em concreto. Afirmou que, a posição de princípio era a seguinte: se estivessem perante contas sobre mandato anterior, abster-se-iam de fazer grandes comentários sobre as mesmas e, desde que as contas cumprissem a regularidade normal das contas, não iriam fazer um juízo político excessivamente vincado e, provavelmente, a sua posição seria a abstenção. Disse suceder que, há dois pontos que são, para si, merecedores de censura, sendo que o primeiro é assente naquilo que é a certificação legal das contas e que o ideal é não haver reservas. No entanto, disse que a certificação vinha com reservas porque, quanto à classificação de ativos, havia uma chamada de atenção do ROC por não haver, em relação ao mobilizado, certezas quanto àquilo que é a atual situação do município. Disse que o desejável era que o município deixasse de ter reservas quanto à certificação legal de contas, sendo esse o objetivo. Disse gostar de perceber porque razão é que, já depois do orçamento e de terem sido advertidos dessa ilegalidade por parte do CDS, não estavam consolidadas as contas da Agim.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** interveio para dizer que as contas tinham sido auditadas e certificadas por uma entidade externa, sendo necessário conformarem-se com o resultado da auditoria e que a mesma só pode ser impugnada judicialmente, não estando sujeita, sequer, a impugnação graciosa, não havendo motivos para tal. Quanto aos dois pontos referidos na intervenção de António Monteiro, disse que o primeiro, quanto aos bens e imóveis propriedade do município, era recorrente e que havia várias explicações

para isso e que tem vindo a haver uma melhoria nos últimos anos. Afirmou que estavam a ser feitos esforços para que o património esteja devidamente plasmado nos documentos da prestação de contas, havendo alguma dificuldade nesse trabalho, uma vez que o município é proprietário de muitos prédios que não estavam sujeitos a registo aquando da sua aquisição. Informou que esse apanhado estava a ser feito por um funcionário e que, num futuro próximo, teriam uma relação de todo o ativo patrimonial do município devidamente legalizada, a fim de ser auditada nas contas e para refletir qual é o valor patrimonial que o município tem em termos de imóveis. Quanto ao segundo ponto, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que o assunto tinha sido levantado numa reunião de Câmara, mas que não podia ser alterado agora, podendo o membro votar contra, a favor ou abster-se, ou, mesmo, impugnar o documento.-----

Foi novamente dada a palavra a **António Monteiro** que disse ser bom que não subsistam equívocos da sua intervenção. Em relação àquilo que é a certificação legal de contas, disse ter chamado a atenção para a reserva, não tendo criticado, enquanto certificação legal de contas, por essas reservas, mas, sim, por existir um alerta em relação àquilo que é o estado da prestação de contas do município e que tinha dito, desde logo, que compreendia e que o que era importante era que a direção fosse aquela que o senhor Vice-presidente da Câmara Municipal garantiu que é o caminho que tem vindo a ser seguido, que é procurar que as contas melhorem na matéria do imobilizado. Disse que, questão diferente era o segundo ponto, porque não é só uma questão de opinião, é o que está inscrito no número 1 do artigo 75º da Lei n.º 73/2013, que têm de ser consolidadas as contas. Afirmou que, no próprio orçamento, tinha chamado a atenção para o facto de a Agim estar identificada como sendo uma entidade que está no âmbito da mesma participação, sem que tenham retirado consequência. Mais disse que, a única identidade que não pode alterar o relatório e contas era a Assembleia Municipal e que quem tem a obrigação de corrigir o mesmo é a Câmara Municipal. Afirmou que, se, de início, a vontade do CDS era a de se dizer que aquele é um relatório de contas que diz respeito a um mandato anterior que, em princípio, estando certificadas as contas levá-los-ia, provavelmente, a absterem-se, pelo simples facto de não constar uma obrigação legal que é a consolidação das contas da Agim. Disse que iriam votar em conformidade com aquilo que é a vontade do município – ou disponibiliza as contas da Agim à Assembleia Municipal ou, então, votarão em conformidade.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse manter o que tinha dito em relação ao documento e que as sugestões terão o tratamento que merecerem, mas com uma nuance - pois nunca disse que Assembleia Municipal pode mudar. Disse ser necessário saber quais as contas que têm de ser consolidadas e, no entender do município, as contas da Agim não têm de ser consolidadas.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, os documentos da prestação de contas de 2017, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Catorze votos a favor – Alexandre Machado, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Patrícia Santos.-----

Nove abstenções – Ana Ferreira, António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Três votos contra – Ana Tavares, António Monteiro e Edite Rodrigues.-----

António Monteiro voltou a fazer uso da palavra para apresentar uma declaração de voto oral em nome da bancada do CDS. *“O CDS votou contra a prestação de contas porque, por princípio, não o iria fazer, desde que as mesmas tivessem respeitado aquilo que é a lei. Uma vez que a presente prestação de contas viola o n.º 1 do artigo 75 e, nomeadamente, a alínea c) do n.º 4, não nos restou outra alternativa a não ser votar contra uma vez que consideramos que deveriam ser consolidadas com as contas do município as contas das entidades participadas, entre elas, a Agim e outras, que constam do perímetro do*

orçamento do município tal como estão identificadas no mesmo. É esta a explicação para o nosso voto contra.”-----

1.3 Inventário e Cadastro em 31-12-2017: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste município. A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, como determina a alínea l), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Toni Martins interveio para sugerir que as próximas ordens de trabalho viessem mais completas, no sentido dos membros saberem o que será para fazer em cada ponto que se apresenta, se é para apreciação ou para conhecimento.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** explicou que a convocatória que é enviada através da área reservada, contém essa informação.-----

1.4 2ª Revisão Orçamental de 2018: - O Vice-presidente da Câmara explicou que, a revisão em análise tinha sido realizada devido à necessidade de se proceder à transferência de verbas de umas rubricas para outras, uma vez que, as obras que tinham sido executadas fisicamente em 2017, não tinham ficado executadas financeiramente, pelo facto de terem sido emitidas faturas em 2018. -----

Foi aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----
A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho** que disse ter verificado, ao longo dos tempos, que o executivo vai remando ao sabor do vento, não tendo definido um rumo para o concelho. Disse ser certo que o orçamento é uma previsão onde constam as opções políticas da autarquia, e que, ao longo do ano, surgem alterações que são consequência daquilo que vai sendo a política do executivo ou a falta dela. Afirmou verificar, no documento em apreço, o mesmo problema da informação escrita do presidente da Câmara Municipal - a falta de informação. Disse terem sido introduzidos novos projetos, mas que essa informação também é escassa, por faltar a data de início dos mesmos. Disse que a introdução de novos projetos é sempre benéfica para o concelho, se fizer sentido para o mesmo, mas que é imprescindível que as obras existentes tenham um acompanhamento permanente e que haja manutenção. Voltou a questionar acerca dos contratos de manutenção, uma vez que o verão está a chegar e as caminhadas já começaram, e o que tinha sido feito para garantir a manutenção dos equipamentos existentes. Afirmou que a ecopista e os trilhos atraem muitos turistas ao concelho e que é um dever saber receber e ter condições para os acolher, assim como a cabreia, que tem de estar em condições apetecíveis para as pessoas que vêm de fora estarem cá e sentirem-se bem, sendo certo e sabido que o concelho de Sever do Vouga é dos mais bonitos que existe em Portugal e, quem sabe, fora do país também. Sustentou ser necessário saber preservar o que existe e não deixar os equipamentos existentes ao desmazelo, como se tem visto em alguns sítios. Disse que, se o executivo tivesse aceite a sugestão da bancada do PSD, relativamente às alterações à taxa do IRS, hoje, os severenses, teriam mais dinheiro no bolso, ser-lhes-ia devolvido o IRS que descontaram fruto do seu trabalho, e, olhando para o orçamento, a segunda revisão tem um acréscimo de vinte mil euros que vem, ou advém, dessa sobretaxa, que fica para o executivo. Disse ter sido entendimento da bancada do PSD, na altura, que a taxa devia baixar e, se assim fosse, os severenses teriam um rendimento superior que poderiam gastar, quem sabe, no concelho, e fazer a economia crescer. Disse esperar que o usem de forma benéfica para o concelho, para todos os severenses, e que informem, que sejam mais minuciosos na informação apresentada. Por fim, disse que a sua bancada iria abster-se relativamente à segunda revisão do orçamento, pois, assim tinha feito aquando da votação da primeira revisão orçamental e no orçamento, por não se rever na política adotada pelo executivo e pelos motivos já elencados.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro** que disse ter tido a oportunidade de discutir o orçamento com detalhe e que tinha chamado a atenção para aquilo que era a estratégia orçamental do município. Elencou a estratégia de abrir rubricas, todas com cinco euros, não havendo, na realidade, dinheiro para fazer nada nessas rubricas, mas

estando abertas, logo se via ao longo do ano, ajustando a verba, fazendo uma navegação à vista. Sabendo que uma modificação orçamental é essencialmente um instrumento de gestão, disse que isso demonstrava aquilo que tinham percecionado, aquilo que iria ser a execução orçamental ao longo do presente ano. Disse que aquela confirmação o deixava mais tranquilo quanto àquilo que sabe que, na realidade, o município de Sever do Vouga não quer que se saiba, que é, efetivamente, quais são as suas prioridades, ou seja, que aqueles compromissos e obras, por tanta freguesia, que constavam no orçamento e não tinham dinheiro suficiente para serem feitas, vão continuar a não ser feitas e que aquilo que, atualmente, o município encontrou disponibilidade para fazer está na revisão orçamental. Disse ser por essa razão que iria abster-se, pois a responsabilidade daquela execução orçamental era do executivo, mas que, evidentemente, a sua censura, quanto ao modelo de gestão e de navegação, estava à vista e feita.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que voltou a referir que não aceitava o epíteto de quererem acusar a Câmara Municipal de falta de informação, porque a mesma disponibiliza o que puder e souber. Relativamente aos projetos, informou que alguns até estavam feitos e que só podem ser lançados quando houver cabimento e que, cabimento só pode haver com aquela revisão orçamental. Afirmou que, se a revisão for aprovada, alguns iniciar-se-ão muito em breve porque constam do PPI, que já foi aprovado. Quanto à manutenção, o Vice-presidente da Câmara Municipal informou que estava a decorrer um procedimento para manutenção de equipamentos técnicos, por exemplo, no Centro das Artes e do Espetáculo e na Biblioteca Municipal e, ainda, para a manutenção dos equipamentos ecopistas e trilhos. Disse esperar que, quanto aos PRs que, se forem firmados os acordos com as Juntas, esse assunto ficará definitivamente resolvido, porque consta deles. Quanto à ecopista, disse que a mesma estava razoavelmente bem limpa e que, com a época estival, o município terá esse cuidado de ter como os cartões de visita, tal e qual a cabreia e outras cascatas, para que esteja tudo visitável e transitável. Disse que iriam, também, proceder à manutenção da piscina e do estádio municipal, sendo para essas obras, também, que irão ser canalizados os tais vinte mil euros do IRS. Quanto à navegação à vista, disse que, às vezes, a mesma tem vantagens, não devendo chamar de navegação à vista os motivos que levou à revisão orçamental. Mais disse que o assunto do dos cinco euros era uma boa prática, tendo já sido falado em sessão, e que existem obras no orçamento com cinco euros que são das primeiras a serem feitas.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 2ª Revisão Orçamental, correspondente à 4ª Modificação, com o reforço de diversas rubricas orçamentais no valor de € 2 500 000,00 (dois milhões, quinhentos mil euros) e, ainda, a repartição dos encargos plurianuais (n.º 1 do artigo 6 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro).----

Treze votos a favor - Alexandre Machado, Ana Ferreira, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Custódio Lima, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva.-----

Doze abstenções - Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

David Alves não participou da análise e votação deste ponto por ter saído mais cedo.-----

1.5 Mapa de Pessoal – 1ª Alteração: - Foi analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para a seguinte alteração ao Mapa de Pessoal 2018, de acordo com o previsto no artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

- a) Ocupação de um posto de trabalho de Técnico Superior, no Gabinete de Contratação Pública;-----
- b) Criação de um posto de trabalho para um Técnico Superior (Jurista);-----
- c) Criação de um posto de trabalho para um Técnico Superior (Engenharia Florestal);-----
- d) Criação de dois postos de trabalho para Assistente Operacional (Pedreiros);-----

- e) Criação de quatro postos de trabalho para Assistente Operacional (Área da Educação), no âmbito da regularização dos precários.-----
- f) Aposentação de um Assistente Operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais).-----

O **presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Ana Tavares** que perguntou o que é que tinha mudado, nos últimos três ou quatro meses, para ser necessário contratar um jurista, uma vez que tinha sido assinado, em dezembro de 2017, um contrato de prestação de serviços, para consultadoria jurídica, com a sociedade de advogados Carreto Lages, na modalidade de contrato-avença e com a duração de três anos, no valor de quarenta mil e quinhentos euros, o que corresponde a uma prestação mensal de mil, cento e vinte e cinco euros. Resumindo, disse pretender esclarecimentos relativamente à questão da avença, se ela vai ser renunciada, se vão continuar com a avença e com a jurista e, também, relativamente à inclusão dos precários no quadro de pessoal, alerta colocado na última Assembleia Municipal.-----

Seguidamente, interveio **Elmano Silva** para dizer que a proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2018 baseava-se, segundo o município, em alterações que se pretendem fazer em alguns serviços. Perguntou que alterações eram essas e que interesse orgânico tinham aquelas mesmas entradas para o quadro. Relativamente à contratação de dois técnicos superiores, sendo um de jurista, quando, em dezembro último, foi celebrado um contrato de avença para a prestação de serviços de consultadoria jurídica até 2020, perguntou porque é que eram necessários tantos técnicos juristas para um município que, já por várias vezes, admitiu ter dificuldades financeiras.-----

Foi dada a palavra a **José Almeida** que disse haver pouco a acrescentar quanto à alteração ao mapa de pessoal, porque a Câmara Municipal era reconhecida por ter um quadro muito apertado. Afirmou que, o facto de o município ter um contrato com uma sociedade para prestar apoio jurídico, não significa que ele comece a trabalhar amanhã, dizendo que, uma gestão correta dos recursos humanos deve antecipar, ou prever, futuras evoluções, pelo que merecia o seu voto favorável.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse que não iria ser admitido um jurista, uma vez que se trata apenas da criação do lugar e que existem lugares criados há dez anos e que não estão ocupados. Mais disse que o município pretende honrar o contrato de avença com a sociedade que presta apoio jurídico. Afirmou não se lembrar de dizer que a Câmara Municipal está com dificuldades financeiras e que o município tem um elevado grau de autonomia e solvabilidade e grande marca para aumentar a dívida e aumento da margem disponível. Sobre os precários, o Vice-presidente da Câmara Municipal informou que esses lugares eram para ser ocupados definitivamente para se resolver, de uma vez por todas, a situação das escolas e dos jardins. Sobre os quatro lugares de assistentes operacionais, informou que seriam para preencher de imediato e que o município tinha aproveitado a chamada lei dos precários porque são pessoas que já desempenharam essas funções, através de Contratos de Emprego-Inserção, tendo vínculo por essa via e que reuniam as condições para integrarem o quadro.-----

Ana Tavares interveio novamente para dizer que, relativamente à situação dos precários, tinham perguntado, em tempos, se existiam precários e tinham dito que não e, efetivamente, chega à conclusão de que são precários e que está a ser feita a sua integração. Relativamente ao outro esclarecimento do Vice-presidente da Câmara Municipal, que afinal é só intenção de criar um lugar de jurista, disse que, no seu entender, funciona, mais ou menos, como os cinco euros e que, quando for preciso, o lugar está criado.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse ser rigorosamente isso, quando for preciso, o lugar será criado. Disse que Ana Tavares tinha entendido mal os precários, porque, na altura, não havia precários. Aconselhou a consultar a lei para ver qual é o

sentido de precários. Informou que, os precários, neste caso, das assistentes operacionais, eram pessoas que, num determinado período, estavam ao serviço do município e que agora já não estão.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 com treze votos a favor de Alexandre Machado, Ana Ferreira, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Custódio Lima, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos e Mário Silva; nove abstenções de António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins; três votos contra de Ana Tavares, António Monteiro e Edite Rodrigues.-----

David Alves não participou da análise e votação deste ponto por ter saído mais cedo.-----

1.6 3ª Alteração do Loteamento da Zona Industrial de Cedrim: - Foi submetida à apreciação da Assembleia Municipal a terceira alteração ao Regulamento do Loteamento da Zona Industrial de Cedrim.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal um período de intervenções:-----

Foi dada a palavra a **Diana Paiva** que disse ser bom ver a alteração de loteamentos de zonas industriais, pois nota-se o esforço que está a ser realizado no apoio e colaboração ao tecido empresarial, tão necessário, no concelho. Disse que, apesar daquele esforço, há que olhar para outros aspetos, porque a Zona Industrial de Cedrim tem um problema grave, que são os acessos, uma vez que, uma zona industrial pressupõe a circulação de veículos pesados, e outros, mas que os pesados circulam de e para a mesma. No entanto, disse que a zona industrial de Cedrim traz um problema acrescido àqueles veículos por causa desses mesmos acessos, tanto na entrada, como na saída, sendo que, muitas das curvas tornam o trânsito daqueles veículos num perigo, devendo ser revisto, com muita urgência, esse ponto. Disse que, além disso, fica muito feio para uma zona industrial, desagradável e estranho ver uma quantidade enorme de cabos elétricos, de telecomunicações e, sabe-se lá mais o quê, pendurados da forma que se encontram, acreditando que não será para estendal de roupa. Afirmou que uma zona industrial não se compadece com aqueles pontos tão desalinhados com a função da mesma e que devem ser pensados e revistos com urgência. Aproveitou para informar que informação tinha sido transmitida por empresários da zona.-----

António Monteiro fez uso da palavra para dizer que era importante aproveitar a oportunidade para lançar alguns desafios, e provocar a reflexão em torno daquilo que é a atratividade do concelho de Sever do Vouga, para o investimento, e para as indústrias que se querem instalar no concelho. Disse que o município deve rever o atual estado das zonas industriais, e dos lotes disponíveis nas mesmas, uma vez que é importante perceber porque razão há lotes que foram adquiridos, e ainda não foram ocupados, e saber se houve reversão nos casos em que não estão a ser cumpridas essas obrigações de investimento por parte dos industriais. Mais disse ser importante pensar na questão das acessibilidades porque, dependendo do tipo de indústria, as zonas industriais terão que ter acessibilidades adaptadas e que esse é, no fundo, o desafio que gostaria de deixar à Câmara Municipal, para que se faça o balanço daquilo que é a atual situação das zonas industriais, chamando, designadamente, a atenção para aquilo que são as condições de atração naquilo que é uma competição evidente do concelho de Sever do Vouga, com concelhos vizinhos, porque a dispersão das zonas industriais de Sever do Vouga pode ser considerada uma dificuldade para a atração de algum tipo de investimento. Falou sobre a zona industrial, que está por aproveitar e que tem excelentes acessibilidades à A25, em Talhadas, e que era importante saber porque razão mais indústrias não se instalavam em Talhadas, face à facilidade de acesso à autoestrada e que essa era uma reflexão que gostaria fosse feita, de melhorar as condições de atratividade. Disse considerar ser importante existirem gabinetes que angariassem investidores para o concelho, pois teria, assim, uma voz cada vez mais ativa na área em que está inserida na CIRA, ombreando com outros concelhos vizinhos e que são fortemente industriados, como se pode constatar em Águeda, Albergaria-a-Velha e Vale de Cambra. Afirmou ser necessário assumir, não o estatuto periférico, mas o estatuto

de concelho charneira de três concelhos fortemente industrializados que referiu e ver aquilo que pode ser a vantagem competitiva de Sever do Vouga.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** disse estar-se a falar, essencialmente, de dois pontos – acessibilidades e atração de investimentos. Sobre a referência feita aos cabos elétricos, disse que iria ver se a EDP colabora para resolver isso, uma vez que os cabos são da EPD ou da REN. Sobre a Zona Industrial de Cedrim, disse que, salvo erro, estava prevista, no plano de atividades, uma ligação a sair para nascente. Sobre a ampliação das zonas industriais, o Vice-presidente da Câmara Municipal disse que, em Talhadas, seria capaz de dar para fazer um pequeno aumento, mas que depois esbarra-se nos instrumentos de gestão territorial que são impostos. Afirmou que, a grande acessibilidade será quando Lisboa a quiser pôr em prática, para a qual, o estudo prévio de impacto ambiental, já aprovado, e fazer os célebres oito ou nove quilómetros até à A25, que viriam resolver muita coisa. Disse que a Zona Industrial de Cedrim, com o novo acesso que há de ser feito, passará a ser atrativa porque está perto do nó da A25 e é mais um instrumento para habilitar e para fazer essa zona ser mais atrativa.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a alteração seguindo-se a publicação do Regulamento do Loteamento da Zona Industrial de Cedrim, na sua íntegra, no sítio institucional do município e na 2ª Série do Diário da República, com vinte e seis votos a favor dos membros: Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Ferreira, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Sérgio Silva.-----

David Alves e Toni Martins não participaram na votação por terem saído mais cedo.----- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----